



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de atualização de assinaturas de antivírus, incluindo serviços de suporte e treinamento.

Tabela de composição do Objeto

Item	Descrição	Apuração	Qtde	Unidade
1	Licenças Kaspersky Next Optimum – Brazilian Edition (3years)	Única	1400	Licenças
2	Serviço de Sustentação, Suporte, Monitoramento	Mensal	36 meses	Serviço
3	Serviço de Capacitação. Fornecimento de 5 Vouchers para o treinamento KL002.12.1 - Kaspersky Endpoint Security and Management. Conforme especificado no Caderno Técnico.	Única	1	Serviço

2 – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Renovar as Licenças para a atualização de assinaturas de vírus e ameaças utilizadas no antivírus que o CREA-SP atualmente possui instalado em seus computadores, notebooks, celulares e servidores, bem como fornecer o suporte e a operação adequada, bem como a capacitação para operar o sistema.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

- 3.1 A presente contratação tem por objeto a contratação de solução de segurança cibernética corporativa da fabricante Kaspersky, incluindo:
- 3.1.1 Fornecimento de Licenças de Software Antivírus – Item 1 da tabela de Composição do Objeto;
 - 3.1.2 Serviço de Sustentação Técnica da Solução – Item 2 da tabela de composição do objeto
 - 3.1.2.1 Atendimento técnico especializado, prestado por equipe com certificação da Kaspersky;
 - 3.1.2.2 Apoio na manutenção da solução, diagnóstico e resolução de falhas, monitoramento proativo, aplicação de melhores práticas e recomendações de segurança;
 - 3.1.2.3 Suporte remoto em horário comercial, com possibilidade de escalonamento para suporte avançado da fabricante, quando necessário.
 - 3.1.3 Operação e Gestão da Console Central de Administração – item 2 da tabela de composição do objeto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 3.1.3.1 Suporte na instalação, configuração, manutenção e operação da console central de gerenciamento (Kaspersky Security Center);
- 3.1.3.2 Apoio na criação e aplicação de políticas de segurança, monitoramento de eventos, controle de atualizações, análise de relatórios e gestão de incidentes;
- 3.1.3.3 Garantia de conformidade com as políticas de segurança do CREA-SP e suporte contínuo à equipe interna na operação do sistema.
- 3.1.4 Capacitação da Equipe Técnica – item 3 da tabela de composição do objeto
 - 3.1.4.1 Realização de capacitação técnica para os profissionais de TI do CREA-SP, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, podendo ser presencial ou remota;
 - 3.1.4.2 Conteúdo abrangendo operação da console, aplicação de políticas, monitoramento, atualização, relatórios e resolução de problemas;
 - 3.1.4.3 Material didático incluso e emissão de certificado de participação aos treinandos.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 4.0.1. Os requisitos da Contratação estão no documento ANEXO III – Caderno Técnico.

4.1 – SUSTENTABILIDADE

- 4.1.1 Em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e seguindo as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, compatíveis com a natureza digital do objeto.
- 4.1.2 Considerando que a presente contratação se refere exclusivamente à licença de uso de software antivírus, sem entrega de equipamentos ou materiais físicos, os seguintes requisitos de sustentabilidade deverão ser observados:
 - 4.1.2.1 – Licenciamento digital:
A solução deverá ser disponibilizada em formato totalmente digital, sem utilização de mídias físicas (como CDs, DVDs, pendrives ou manuais impressos), de forma a reduzir o consumo de recursos e resíduos sólidos.
 - 4.1.2.2 – Compatibilidade com ambientes otimizados:
A solução deverá ser compatível com infraestrutura virtualizada e/ou com serviços em nuvem, possibilitando menor dependência de recursos físicos e, consequentemente, menor impacto ambiental relacionado ao consumo energético.
 - 4.1.2.3 – Comprometimento com práticas sustentáveis:
A empresa contratada deverá apresentar, no momento da contratação, declaração formal de seu comprometimento com práticas de sustentabilidade.

4.2 – INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/21)

- 4.2.1 Nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a indicação de marca específica nos casos tecnicamente justificados em razão da necessidade de padronização, compatibilidade ou continuidade de fornecimento de determinado bem ou serviço. Essa análise foi feita pela equipe de planejamento com estudo comparativo e análise das diversas soluções no mercado, inclusive do impacto de uma possível mudança o CREA-SP. Ficou demonstrado que a solução pretendida com a utilização da Fabricante Kaspersky é a melhor solução técnica para o Conselho e que financeiramente não causa nenhum impacto negativo, bem como não diminui a competitividade do certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.2.2. Histórico de Eficiência e Confiabilidade

4.2.2.1 O CREA-SP utiliza o software antivírus pretendida há mais de seis anos, com resultados extremamente satisfatórios. Durante todo esse período, o Conselho não registrou nenhum incidente significativo de infecção por vírus ou qualquer outro tipo de ameaça cibernética generalizada que tenha comprometido a integridade dos dados ou das operações. A ferramenta se mostrou eficaz na detecção, prevenção e resolução de incidentes em tempo hábil, sem prejuízos para o ambiente corporativo.

4.2.2 Solução Proativa e de Alta Performance

4.2.2.1 A solução escolhida se destaca por sua capacidade de detectar ameaças de forma proativa, utilizando inteligência artificial e análises comportamentais avançadas. Essa abordagem garante uma defesa robusta contra novos tipos de vírus e ameaças emergentes, minimizando os riscos de infecções e vazamentos de dados. Além disso, sua constante atualização de bases de dados e motores de detecção permite a mitigação de vulnerabilidades em tempo real, garantindo a continuidade das operações do CREA-SP sem interrupções ou incidentes.

4.2.3. Familiaridade da Equipe e Usuários com a Solução

4.2.3.1. A equipe de TI do CREA-SP e os usuários finais estão amplamente familiarizados com a solução atual, o que permite uma gestão de segurança eficiente e sem dificuldades. O tempo de utilização dessa ferramenta gerou um ambiente de alta eficiência operacional, já que os processos de detecção e resposta a incidentes estão bem estabelecidos e os usuários sabem como interagir com o sistema, incluindo a realização de atualizações e resolução de possíveis alertas. Mudar para outra solução exigiria uma curva de aprendizado significativa e a adaptação a novos processos e interfaces, inviável no momento atual de dependência tecnológica do CREA-SP.

4.3 – EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS/PROVA DE CONCEITO – POC (quando for o caso)

4.3.1. NÃO SE APLICA

4.4 – EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.4.1. Conforme fundamentado pelos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021, os quais permitem a exigência de demonstração de aptidão técnica e comprovação de representação autorizada para fornecimento de bens e serviços especializados. A Contratada deverá apresentar carta de solidariedade da Fabricante demonstrando possuir nível Platinum de qualificação técnica e suporte direto da fabricante Kaspersky.

4.4.1.1 A certificação Platinum representa o mais alto nível de parceria dentro do programa oficial da Kaspersky, sendo concedida apenas a distribuidores que demonstram:

- Elevado volume de operações e expertise técnica comprovada;
- Estrutura dedicada para atendimento a clientes corporativos;
- Equipes com profissionais certificados e treinados diretamente pela Kaspersky;
- Capacidade de prover suporte técnico de alto nível, com interface direta com a fabricante.

4.4.1.2. Essa qualificação assegura ao CREA-SP um fornecimento com excelência técnica, mitigando riscos de má implementação, suporte ineficiente ou interrupções na prestação do serviço.

4.4.1.3. Condições comerciais superiores

4.4.1.3.1. Distribuidores com status Platinum têm acesso a condições comerciais exclusivas e diferenciadas, tanto em relação ao preço das licenças quanto aos pacotes de serviços agregados (como suporte, atualização e treinamento). Isso se reflete diretamente em vantagem econômica para a Administração, com potencial de:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- Redução do custo global da solução;
- Maior escopo de funcionalidades incluídas sem aumento de preço;
- Melhor SLA (acordo de nível de serviço) sem custos adicionais.

4.4.1.4. Prevenção de riscos contratuais

4.4.1.4.1 A exigência de parceria Platinum elimina o risco de contratação de intermediários ou revendedores sem credenciamento adequado, garantindo:

- Que a solução seja adquirida de forma oficial e homologada;
- Validade plena das licenças contratadas, conforme políticas da Kaspersky;
- Segurança jurídica no cumprimento das obrigações contratuais.

4.4.2. Forma de comprovação

4.4.2.1. A condição de distribuidor Platinum da Kaspersky deverá ser comprovada por meio de:

4.4.2.1.1. Declaração emitida pela própria Kaspersky, válida e recente (emitida em até 90 dias antes da publicação do edital), contendo o nome da empresa proponente;

4.4.2.1.2. Comprovação mediante consulta pública ao portal oficial de parceiros da Kaspersky, onde conste o nome da distribuidora com o nível Platinum claramente indicado.

4.5 – SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.7 – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

4.7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

5 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

5.1. A especificação técnica, bem como os requisitos estão no ANEXO CADERNO Técnico.

6 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência;
- 6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.4. Comunicará a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;
- 6.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

- 6.6. Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à consecução do objeto do Contrato;
- 6.7. Atestar a entrega do objeto, receber e promover o pagamento das faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo;
- 6.8. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- 6.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 7.5. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.6. Executar o objeto do certame em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).
- 7.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE (por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato), principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.8. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas ao contrato firmado, tais como manutenção, configuração, entre outras;
- 7.9. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- 7.10. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 7.11. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 7.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado em contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 7.13. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 7.14. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 7.15. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;
- 7.16. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 7.17. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 7.18. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 7.19. A Contratada responderá administrativamente e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;
- 7.20. A Contratada fica obrigada a comunicar à Contratante qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a Contratante adote, se for o caso, as providências dispostas no artigo 48 da LGPD;
- 7.21. Extinto presente contrato ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no artigo 16 da LGPD.
- 7.22. A Contratada deverá apresentar obrigatoriamente, **na assinatura do Contrato** comprovação de que é revendedora ou distribuidora autorizada da Kaspersky, no mínimo, na categoria Platinum. Esta comprovação pode ser feita através de qualquer das alternativas abaixo
- 7.22.1 Indicação da página Internet (URL do website) do fabricante que contenha esta informação
 - 7.22.2 Cópia do contrato entre a Empresa Licitante e o fabricante;
 - 7.22.3 Declaração do próprio fabricante informando se a Empresa Licitante é a própria fabricante, revendedora ou distribuidora autorizada Platinum (e/ou superior). Essa declaração deverá ser feita em papel timbrado do fabricante.

8 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 – DEFINIÇÃO DE COMO DEVE SER EXECUTADO O OBJETO DO CONTRATO E COMO ESTE DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE SEU INÍCIO E ATÉ SEU ENCERRAMENTO

- 8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.2. A designação dos gestores e dos fiscais de contratos e os respectivos substitutos deverão atender ao que prescrevem os artigos 8º a 10 do Decreto nº 11.246/22.
- 8.1.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, e serão exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades e o não comprometimento do desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.1.4. Na designação dos gestores e fiscais de contratos e dos respectivos substitutos, devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

8.2 – LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.2.1 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP

Telefone para informações: (11) 3095 - 6484

8.3 – PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO (Informar prazo de prorrogação e índice de reajuste contratual – art. 105 ao 114 da Lei 14.133/21)

8.3.1 A contratação de licenças de software antivírus se enquadra como serviço de natureza contínua essencial à infraestrutura tecnológica da Administração Pública, sendo indispensável para garantir a segurança e o funcionamento regular dos sistemas computacionais. Por sua natureza permanente, padronizada e ininterrupta, trata-se de serviço contínuo conforme o disposto no art. 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021, o que autoriza a aplicação do art. 107 da mesma norma para prorrogações sucessivas, respeitado o limite de 10 (dez) anos de duração total do contrato. Quando da prorrogação, a autoridade competente deverá atestar as condições desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

8.3.2 Para os itens de apuração única, item 1 e 3 da tabela de composição do objeto, considerando que eles possuem vigência de 36 (trinta e seis) meses, a eventual renovação contratual deverá observar **igual período**, ou seja, 36 (trinta e seis) meses, desde que devidamente justificada e vantajosa para a Administração, e mantidas as condições iniciais do contrato.

8.3.3 Para o item 2 da tabela de composição do objeto, referente aos serviços com apuração mensal, os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, contados a partir da data da apresentação da proposta, conforme o disposto no art. 3º da **Lei nº 10.192/2001** e no art. 135, §1º da **Lei nº 14.133/2021**, observando-se os seguintes critérios:

8.3.3.1. Índice de Reajuste:

Será adotado como índice de correção monetária o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado nos 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste.

8.3.3.2 Aplicação do Reajuste:

O reajuste será aplicado de forma **automática ou mediante solicitação da contratada**, desde que cumprido o interstício de 12 (doze) meses a contar da data da proposta. O valor reajustado será válido para os meses subsequentes.

8.3.3.3 Condição para o Reajuste:

Para fins de aplicação do reajuste, a contratada deverá manter regularidade fiscal e contratual com o CREA-SP, e a prestação dos serviços deverá estar em conformidade com as cláusulas contratuais.

8.3.3.4. Exceções:

Na hipótese de deflação (IPCA negativo no período de 12 meses), os valores poderão ser **revistos para redução**, conforme diretriz do princípio da vantajosidade à Administração.

8.3.1 – VIGÊNCIA

A vigência do contrato a ser celebrado em decorrência deste certame será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos elencados no item 8.3 deste termo de referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.4 – ROTINAS DE EXECUÇÃO

8.4.1 FASE INICIAL DA CONTRATAÇÃO

8.4.1.1 A Fase inicial da contratação é definida como sendo os primeiros 30 dias de contrato, no qual a contratada DEVERÁ realizar a atualização das licenças contratadas no Servidor de Antivírus e nos computadores do CREA-SP e seus respectivos clientes de Antivírus.

8.4.1.2. A Fase Inicial compreende as seguintes atividades:

8.4.1.2.1. A Reunião de Início do contrato;

8.4.1.2.2. Atualização do Console Local do Antivírus;

8.4.1.2.3. Atualização do modulo cliente nos computadores/celulares/etc.;

8.4.1.3 DA REUNIÃO INICIAL DO CONTRATO

8.4.1.3.1 As partes, CONTRANTE e CONTRATADA deverão, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogáveis uma única vez, a pedido justificado pela CONTRATADA, promover a reunião inicial do Contrato (“kick off”) para o estabelecimento e planejamento dos procedimentos relacionados ao update/atualização das licenças no console Kaspersky e equipamentos utilizadores.

8.4.1.3.2 A reunião inicial deve ter como resultado um documento, que deve ser elaborado pela CONTRATADA e entregue ao CREA-SP para validação até o 10o dia útil após o início da execução dos serviços contratados, contemplando as seguintes premissas/atividades para o prazo de 60 dias:

8.4.1.3.2.1 Dados para criação de contas do(s) analista(s)/técnico(s) da Contratada que irão prestar serviço localmente e /ou remotamente no ambiente do CREA-SP;

8.4.1.3.2.2 O Plano de atualização do Servidor;

8.4.1.3.2.3 O Plano de atualização dos clientes;

8.4.1.3.2.4 Plano de passagem de conhecimento para os analistas de suporte do CREA-SP;

8.4.1.3.2.5 Plano para início dos atendimentos dos chamados de suporte técnico aos usuários do CREA-SP;

8.4.1.3.2.6 Entrega dos manuais de procedimentos para abertura de chamados na Central de Serviços para disseminação aos usuários de TIC do CREA-SP;

8.4.1.3.2.7 Procedimentos par realização dos treinamentos do serviço de capacitação;

8.4.2. FASE DE OPERAÇÃO

8.4.2.1 A Fase de operação inicia com o aceite por parte do CREA da atualização das Licenças contratadas, tanto no Servidor quanto nos seus respectivos clientes, conforme os planejamentos efetuados na fase inicial da contratação.

8.4.2.2 A Fase de operação termina com o término do contrato.

8.4.2.3 Durante a Fase de Operação, a CONTRATADA entra em regime de Suporte continuado, conforme requisitos de suporte definidos neste termo de referência.

8.4.2.4 Durante esta fase o CREA-SP solicitará intervenções da CONTRATADA através da abertura de chamados no sistema da CONTRATADA, os quais devem ser atendidos pela CONTRATADA de acordo com o acordo de NMS (Nível Mínimo de Serviço) definido neste Termo de referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.5 – MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO
<p>8.5.1 A comunicação formal deverá ser feita preferencialmente por Ofício, ou quando o caso requeira maior celeridade poderá ser feita por e-mail para os representantes legais e/ou preposto, desde que utilizada a confirmação de recebimento e/ou leitura.</p> <p>8.5.2 A formulação e comunicação de Ordem de Serviços será feita pelo Sistema de Gestão Documental do CREA-SP ou e-mail.</p> <p>8.5.3 Para prover maior fluidez na comunicação entre as equipes técnicas, os profissionais da contratada também deverão estar disponíveis a responder questionamentos e fornecer informações e opiniões técnicas por meio de mensagem eletrônica (e-mail), sistema de mensagem instantânea e telefone. Neste caso, sempre que possível, o preposto deverá estar copiado para acompanhamento das solicitações/demandas</p>
9 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
<p>9.1 Os produtos serão auferidos mediante recebimento dos itens contratados, nas datas previamente acordadas entre o CREA-SP e a Contratada devidamente atestados pelo gestor/fiscal do contrato.</p> <p>9.1.1. Itens de apuração unitária (itens 1 e 3 da tabela de composição do objeto) deverão ser pagos mediante entrega.</p> <p>9.2 Os serviços (item 2.2 da tabela de composição do objeto) serão auferidos após a execução dos mesmos, mediante recebimento do relatório de execução, e da comprovação, por parte da Unidade do CREA-SP, de que foram executados de acordo com o especificado neste Termo de Referência e respectivo Caderno Técnico, mediante atesto do Gestor do Contrato.</p> <p>9.3 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO</p> <p>9.3.1 Prazo de entrega das licenças (item 1 da tabela de composição do objeto): no máximo 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato.</p> <p>9.3.2 A entrega deve ser realizada no horário das 11:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, considerando o calendário de feriados da cidade de São Paulo.</p>
10 – DO PAGAMENTO
<p>10.1. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto, limitado em até trinta dias contados do atesto da Nota Fiscal ou Fatura.</p> <p>10.2. O pagamento será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo Gestor do Contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente entregues.</p> <p>10.3. Retenção de impostos: O CREA-SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço conforme previsto na legislação aplicada</p> <p>10.4. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.</p> <p>10.5. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar,</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CREA-SP.

10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

10.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CREA-SP.

10.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I (TX)	=	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%				

11 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA)

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

11.3 A execução do contrato deverá observar as regras deste Termo de Referência e do Anexo - Caderno Técnico

11.1 DA GESTÃO CONTRATUAL

11.1.1. Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:

11.1.2. Autoridade competente: Titular da unidade/setor do órgão ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato, Termo de compromisso de manutenção de Sigilo e pela publicação da equipe de fiscalização;

11.1.3. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

11.1.4. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, designado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

11.1.5. Fiscal Administrativo: servidor representante da Área Administrativa do CREA-SP, designado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes, obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e demais obrigações contratuais.

11.1.6. Preposto: funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e Representante da Contratada: Responsável legal da contratada para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.

11.1.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CREA-SP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.1.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

11.1.9. O CREA-SP poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

11.2 DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

11.2.1. O contrato deverá ser fiscalizado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas do presente Termo de Referência e Anexo III - Caderno Técnico Licenciamento Microsoft (parte integrante deste TR).

12 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O preço estimado da contratação é, portanto: R\$ 909.917,28, conforme demonstra a tabela abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Item	Descrição	Apuração	Qtde	Unidade	Valor
1	Licenças Kaspersky Next Optimum – Brazilian Edition (3years)	Única	1400	Licenças	R\$ 480.438,00
2	Serviço de Sustentação, Suporte, Monitoramento	Mensal	36 meses	Serviço	R\$ 402.629,00
3	Serviço de Capacitação. Fornecimento de 5 Vouchers para o treinamento KL002.12.1 - Kaspersky Endpoint Security and Management. Conforme especificado no Caderno Técnico.	Única	1	Serviço	R\$ 26.850,28
TOTAL					R\$ 909.917,28

13 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13. Formas E Critérios De Seleção do Fornecedor

13.1. Da documentação relativa à qualificação técnica;

13.1.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

13.1.2. Apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante prestado ou estar prestando serviços.

13.1.3. Certidões ou atestados que demonstrem capacitação técnico-operacional que executou ou na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

13.1.4. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

13.1.5. Será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

13.1.6. Em se tratando dos serviços contínuos, será exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo 1 (um) ano, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

13.1.7. Será permitido o somatório de atestados ou declarações para fins de comprovação da qualificação técnica da licitante, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante de pelo menos 6 (seis) meses.

13.1.8. Não serão aceitos, em hipótese alguma, atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial/econômico da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

13.1.9. Para auxílio na análise dos atestados ou declarações de capacidade técnica, o Pregoeiro, mediante diligência, poderá requerer contratos, ordens de serviço, editais, termos de referência, relatórios de atendimento de chamados e quaisquer outros elementos comprobatórios para evidenciar os serviços prestados pela licitante.

13.1.10. A avaliação do(s) atestado(s) será levada à efeito pela área técnica requisitante.

13.2. Os licitantes deverão apresentar ainda:

13.2.1. O **Atestado de Vistoria Técnica** (facultativo) exigido nesta alínea é expedido pelo CREA-SP, em conformidade com item “15” do Termo de Referência.

13.2.2. **Declaração de Conhecimento:** A licitante deverá apresentar a Declaração de Conhecimento, conforme ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

13.2.3. A Licitante Vencedora deverá apresentar obrigatoriamente, **na assinatura do Contrato** comprovação de que é revendedora ou distribuidora autorizada da Kaspersky, no mínimo, na categoria Platinum. Esta comprovação pode ser feita através de qualquer das alternativas abaixo

13.2.3.1. Indicação da página Internet (URL do website) do fabricante que contenha esta informação

13.2.3.2. Cópia do contrato entre a Empresa Licitante e o fabricante;

13.2.3.3. Declaração do próprio fabricante informando se a Empresa Licitante é a própria fabricante, revendedora ou distribuidora autorizada Platinum (e/ou superior). Essa declaração deverá ser feita em papel timbrado do fabricante.

13.3 – REGIME DE EXECUÇÃO – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (ART. 46 DA LEI 14.133/21)

13.3.1. Não se aplica, por não se tratar de obra de Engenharia.

13.4 – ADJUDICAÇÃO DO OBJETO (DAS COMPRAS CONFORME ART. 40 DA LEI 14.133/21)

13.4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação.

13.4.2. O objeto proposto encontra-se inserido no conceito de serviço contínuo, visto que sua contratação se estende necessariamente por mais de um ano de um serviço essencial para este Conselho, cujo atendimento não esgota prestação semelhante no futuro.

13.4.3. O objeto proposto encontra-se inserido no conceito de serviço comum, visto que lhe é possível especificar e medir seu desempenho e qualidade através de parâmetros usuais no mercado.

REGIME DE EXECUÇÃO	DE	() Empreitada	(X) Preço Global	() Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	DO	(X) Global	() Por Lote	() Por Item

13.5 - CONSÓRCIOS

13.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja no momento da apresentação das propostas ou durante a execução contratual, nos termos do art. 15, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

14 – FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
14.1 – CONTA ORÇAMENTÁRIA
Conta orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.005 – Serviços de Informática – PJ
14.2 – CENTRO DE CUSTO
Centro de Custo: 08.06.01.01.01 – Superintendência de Tecnologia e Inovação - SUPTEC
15 – VISTORIA
<p>15.1. A visita técnica é facultativa e representará a oportunidade para os licitantes interessados conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais, não cabendo ao CREA-SP nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica, ou, pela não realização da visita técnica facultativa.</p> <p>15.2. A visita técnica facultativa poderá ser realizada pelos licitantes para efetivo conhecimento dos serviços e condições que possam influir na elaboração da sua proposta. Deverá ser realizada por representante designado com credencial assinada pelo responsável da empresa, conferindo-lhe poderes para vistoriar as localidades onde serão prestados os serviços.</p> <p>15.3. Assim sendo, caso o licitante que venha a ser contratado não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.</p> <p>15.4. O prazo para a visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.</p> <p>15.5. Para o agendamento da visita técnica facultativa, o interessado deverá manter contato com o(a) um(a) dos analistas de suporte da unidade de infraestrutura de Tecnologia através do telefone (11) 3095-6484 e/ou do e-mail: suporte@creasp.org.br, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 09:00h às 16:30h.</p> <p>15.6. Todos os ônus e custos incorridos pelos mesmos, para efetuarem a visita, são de responsabilidade do licitante.</p> <p>15.7. Quando da realização da visita técnica (facultativa) pelos interessados, o representante do CREA- SP emitirá Declaração de Vistoria.</p> <p>15.8. A empresa que optar pela vistoria deve apresentar o documento do ANEXO II – MODELO ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA juntamente com os documentos de habilitação.</p> <p>15.9. Sendo facultativa a visita técnica, a não realização desta não será motivo de inabilitação, porém, o licitante deverá entregar juntamente com os documentos de habilitação a declaração ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL, que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e que, ainda, de pleno conhecimento dessas condições pré-existentes, assume a execução do objeto e isenta o CREA-SP de toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos que possa a vir a sofrer, em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.</p> <p>15.10. As licitantes se obrigam a não divulgar, publicar ou fazer uso das informações recebidas durante a vistoria. A simples participação na vistoria caracteriza o compromisso irretratável de guarda do sigilo dos dados colhidos.</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

16 – PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

16.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).